

**Parecer n.º 317/2012**

**Data:** 2012.10.16

**Processo n.º 353/2012**

**Queixa de:** José Soares dos Santos

**Entidade requerida:** Presidente da Assembleia de Freguesia de Treixedo

## **I - Factos e pedido**

1. Em 26 de julho de 2012, José Soares dos Santos solicitou ao Presidente da Assembleia de Freguesia de Treixedo cópias das atas das reuniões da Assembleia de Freguesia n.ºs 155 a 157 e 161 a 165.
2. O requerido não respondeu ao solicitado.
3. Perante a ausência de resposta, o requerente apresentou queixa à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA).
4. Convidado a pronunciar-se, o Presidente da Assembleia de Freguesia de Treixedo informou, em 3 de setembro de 2012, que as cópias das atas solicitadas pelo requerente seriam enviadas por correio em breve.  
Acrescentou ainda considerações sobre as datas das reuniões e as reclamações apresentadas pelo requerente quanto ao decurso de uma das reuniões.
5. Posteriormente, o requerente informou a CADA que não tinha ainda recebido os documentos solicitados.  
Mais tarde ainda, veio juntar fotocópias de duas atas que lhe terão sido facultadas pelo requerido, alegando que o seu conteúdo não está conforme com o que se terá passado na reunião.

## **II - Apreciação jurídica**

1. De acordo com a Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto, diploma que regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização, de ora em diante designada como Lei do Acesso aos Documentos Administrativos (LADA), compete à CADA apreciar as queixas que lhe sejam apresentadas contra a falta de resposta, indeferimento ou outra decisão limitadora do acesso a documentos administrativos (n.º 1 do artigo 15.º e alínea b) do n.º 1 do artigo 27.º.  
Serão deste diploma legal os preceitos normativos mencionados, posteriormente, sem qualquer outra referência.
2. Considerando que a entidade requerida se encontra sujeita à LADA [alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º] e que o requerimento é tempestivo, cumpre apreciar a questão que deu origem à presente queixa.

3. A LADA considera documento administrativo qualquer suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, electrónica ou outra forma material, na posse dos órgãos e entidades referidos no artigo 4.º, ou detidos em seu nome [alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º].

O regime geral de acesso aos documentos administrativos consta do artigo 5.º, nos termos do qual “[t]odos, sem necessidade de enunciar qualquer interesse, têm direito de acesso aos documentos administrativos, o qual compreende os direitos de consulta, de reprodução e de informação sobre a sua existência e conteúdo.”

Os documentos administrativos são, em princípio, de acesso livre e generalizado.

O artigo 6.º identifica, contudo, algumas restrições ao direito de acesso:

- a) Quando os documentos contenham informação nominativa (n.º 5);
- b) Quando contenham segredos de empresa (n.º 6);
- c) Quando haja razões para diferir ou indeferir o acesso (n.º s 1, 2, 3 e 4).

O direito de acesso à informação está, ainda, sujeito a limites ou restrições, para salvaguarda de outros bens, constitucionalmente tutelados e de direitos que com ele entrem em colisão, nomeadamente referentes à dignidade da pessoa humana, direitos das pessoas à integridade moral, ao bom nome e reputação, à palavra, à imagem, à privacidade, restrições impostas pelo segredo de justiça ou pelo segredo de Estado<sup>1</sup>.

4. Documentos nominativos são, para efeitos da LADA, os documentos administrativos que contenham, “acerca de pessoa singular, identificada ou identificável, apreciação ou juízo de valor, ou informação abrangida pela reserva da intimidade da vida privada” [alínea b), n.º 1, artigo 3.º].

É nominativo o documento administrativo que revele, por exemplo, informação de saúde, da vida sexual, de convicções ou filiações filosóficas, políticas, religiosas, partidárias ou sindicais.

São ainda nominativos os documentos administrativos que contenham opiniões sobre a pessoa (nomeadamente as expressas em processos de averiguações, de inquérito e disciplinares), os que traduzam descontos no respectivo vencimento, feitos não *ope legis*, mas *ope voluntatis* ou na sequência de decisão judicial e outros documentos cujo conhecimento por terceiros possa, em razão do seu teor, traduzir uma invasão da reserva da intimidade privada.

Assim, dados como o nome, a filiação, os números de bilhete de identidade e de contribuinte fiscal, as habilitações académicas e/ou profissionais não são, à luz da

---

<sup>1</sup> J.J. Gomes Canotilho/Vital Moreira, Constituição da República Portuguesa Anotada, 4.ª Edição, Volume I, Coimbra Editora, 2007, pp. 573-574; Jorge Miranda/Rui Medeiros, Constituição Portuguesa Anotada, Tomo I, Coimbra Editora, 2005, p. 430.

LADA, elementos que traduzam em si mesmos apreciações, juízos de valor ou informações abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada, pelo que são, em geral, de livre acesso por se enquadrarem no conceito de documentos administrativos não nominativos.

Os documentos nominativos são comunicados, apenas:

- a) À pessoa a quem os dados digam respeito;
- b) A terceiros munidos de autorização escrita;
- c) A terceiros que demonstrem possuir interesse directo, pessoal e legítimo no acesso (n.º 5 artigo 6.º).

Os documentos nominativos “*são objecto de comunicação parcial sempre que seja possível expurgar a informação relativa à matéria reservada*” (n.º 6 do artigo 7.º).

5. As atas das reuniões dos órgãos colegiais, e conforme foi dito no Parecer n.º 272/2011, contêm um resumo de tudo o que nelas tiver ocorrido “*designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas e a forma e o resultado das respectivas votações*” (artigo 27.º, n.º 1 do Código do Procedimento Administrativo - CPA).

Por isso as atas das reuniões dos órgãos e entidades administrativas constituem, em princípio, documentos administrativos não nominativos, estando sujeitas ao regime de acesso generalizado e livre, não tendo quem às mesmas pretenda aceder que justificar ou fundamentar o pedido.

Por maioria de razão, mais se justifica o acesso a essas atas por parte do requerente, membro eleito da Assembleia de Freguesia de Treixedo, e que, inclusive, esteve presente nessas reuniões.

6. O requerente alega que as fotocópias de duas atas (que lhe terão sido facultadas pelo requerido) não correspondem ao que terá sucedido na reunião. Não cabe à CADA, todavia, pronunciar-se sobre o conteúdo dos documentos facultados e/ou a sua conformidade com a realidade que pretende relatar.

### **III - Conclusão**

Face ao exposto, deve ser facultado o acesso às atas solicitadas, na forma pretendida pelo requerente.

Comunique-se.

Lisboa, 16 de outubro de 2012

Antero Rôlo (Relator) - Pedro Delgado Alves - David Duarte - Maria Eduarda Azevedo - Paulo Moura Pinheiro - Renato Gonçalves - Artur Trindade - João Perry da Câmara - Helena Delgado António - António José Pimpão (Presidente)